

Magistratura é masculina, branca e hétero, aponta censo do CNJ

A magistratura brasileira é, em grande parte, masculina, branca, heterossexual, casada e católica. É o que apontam os dados preliminares levantados na 2ª edição do Censo do Poder Judiciário. Elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, o levantamento foi apresentado durante a 14ª Sessão Ordinária de 2023 do CNJ.

Lucas Castor/Agência CNJ



Elaborado pelo CNJ, censo traça o perfil demográfico da força de trabalho da Justiça
Lucas Castor/Agência CNJ

Presente no evento, a então presidente do órgão e do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, disse que a pesquisa tem papel significativo na melhoria de políticas públicas.

"Não se consegue atuar, não se consegue aperfeiçoar aquilo que não se conhece. Nós precisamos conhecer a realidade do Poder Judiciário, precisamos conhecer o pensamento dos nossos juízes e juízas, de servidores e de servidoras, de todos que atuam no nosso Judiciário, visando ao aprimoramento da nossa instituição", disse ela.

Na visão institucional do CNJ, o censo é uma investigação abrangente que ajuda a traçar o perfil da força de trabalho da Justiça em termos demográficos, sociais e econômicos, permitindo a formulação de estratégias baseadas em características reais coletadas no levantamento.

Quase 70 mil pessoas responderam ao levantamento até 30 de junho. A adesão representa 23% (63.270) de todos os servidores e as servidoras da Justiça e 34% dos magistrados e magistradas (6.192). Apesar de ainda não concluído, o 2º Censo obteve a adesão de aproximadamente 30% dos integrantes do Judiciário, podendo comprometer a abrangência do estudo.

O questionário aborda diversos temas, como assédio, satisfação com o ambiente de trabalho, saúde dos magistrados, segurança e violência doméstica. Um dos pontos que a presidente destacou na apresentação dos dados parciais foi o índice de magistrados e magistradas que se disseram felizes por pertencer aos quadros do Judiciário. No 1º Censo, 90% se diziam satisfeitos ou satisfeitas. Ao longo da última década, no entanto, o número caiu para 64%.



Um registro preocupante é a saúde mental da força de trabalho da Justiça. De acordo com os dados preliminares, 58% dos juízes e das juízas e 38% dos servidores e das servidoras afirmam sofrer estresse. Já a ansiedade atinge 56% da magistratura e 48% dos servidores e servidoras.

O fortalecimento da política de combate ao assédio se mostra uma necessidade e um desafio para o Judiciário, conforme mostram os dados. Cerca de 25% dos juízes e das juízas e 24% dos servidores e das servidoras disseram já ter sofrido ao menos um episódio de assédio no trabalho.

Em relação à magistratura, pelo resultado apresentado até o momento, 82,7% dos respondentes são pessoas brancas; 13,6%, pardas; 1,4%, pretas; 1,3%, amarelas; e 0,3%, indígenas. As respostas também revelaram que 97,7% não entraram na magistratura por regime de cota; 1,6% foi selecionado por meio de cota étnico-racial; e 0,5%, por cota destinada a pessoas com deficiência.

Segundo o CNJ, em razão de diferenças metodológicas de obtenção dos dados, os números podem diferir dos resultados apresentados no [Diagnóstico Étnico Racial do Poder Judiciário](#), que foi produzido baseado em registros funcionais de magistrados e magistradas e de servidores e servidoras.

Sobre a crença religiosa, o maior percentual é de magistrados e magistradas da religião católica: 55%. Espíritas representam 12,4% e 9,6% se dizem sem religião. Outros 3,7% preferiram não informar a religião que praticam e 3,6% dos magistrados e magistradas se declararam ateus. Os evangélicos responderam por 3,1% do total, enquanto as demais religiões representaram menos de 1% cada.

A grande maioria dos magistrados e das magistradas (94,6%) se disse heterossexual. Outros 3,4% se identificaram como homossexuais, 1,3% não respondeu e 0,6%, bissexual. A maior parte dos respondentes (79,9%) informou estar casada ou em união estável com pessoa de outro sexo; 8,3% são divorciados e 8,5%, solteiros. Há 2,2% de casados ou em união estável com pessoa do mesmo sexo.

Entre os(as) servidores, há mais solteiros(as) (22,1%) e 65,8% estão casados(as), sendo que 92,2% são heterossexuais, 3,5%, homossexuais e 1,3%, bissexual. São 2% os que estão casados(as) ou em união estável com pessoas do mesmo sexo.

A maior parte dos integrantes da magistratura afirma ter frequentado curso de formação quando do ingresso na carreira da magistratura e, em relação à capacitação continuada, 31,3% informaram que não concluíram nenhum curso de capacitação nos últimos 12 meses. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Clique [aqui](#) para acessar os resultados parciais do relatório

Meta Fields